

**Aula 00 - Profº Tiago
Zanolla**

CFP - Legislação - 2024 (Pós-Edital)

Autor:

**Antonio Daud, Paulo H M Sousa,
Tiago Zanolla**

10 de Setembro de 2024

Índice

1) Lei nº 4.119/1962	3
2) Lei nº 4.119-1962 - Questões Comentadas	9
3) Lei nº 4.119-1962 - Questões Apresentadas em Aula	17



LEI Nº 4.119/1962

A Lei n. 4.119/1962 dispõe sobre os cursos de formação em psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo.

Art. 1º - A formação em Psicologia far-se-á nas Faculdades de Filosofia, em cursos de bacharelado, licenciado e Psicólogo.

O ano era 1962 e, naquele tempo, optou-se por possibilitar a formação em Psicologia nas Faculdades de Direito, como bacharel, licenciatura e Psicólogo.

Da vida escolar

Ao tempo, exigia-se idade mínima de 18 anos para matrícula no curso de bacharelado, bem como a conclusão do ensino médio.

Art. 5º - Do candidato à matrícula no curso de bacharelado exigir-se-á idade mínima de 18 anos, apresentação do certificado de conclusão do 2º ciclo secundário, ou curso correspondente na forma da lei de exames vestibulares.

Parágrafo único. Ao aluno que concluir o curso de bacharelado será conferido o diploma de Bacharel em Psicologia.

Já para os cursos de licenciado e Psicólogo, é exigido diploma de bacharel em Psicologia.

Art. 6º - Do candidato à matrícula nos cursos de licenciado e Psicólogo se exigirá a apresentação do diploma de Bacharel em Psicologia.

§ 1º Ao aluno que concluir o curso de licenciado se conferirá o diploma de Licenciado em Psicologia.

§ 2º Ao aluno que concluir o curso de Psicólogo será conferido o diploma de Psicólogo.

Art. 7º - Do regimento de cada escola poderão constar outras condições para matrícula nos diversos cursos de que trata esta lei.



**JÁ CAIU EM
PROVA!**



Q01. (QUADRIX-2012-CPR 9ª Região - Adaptada) Ao aluno que concluir o curso de bacharelado será conferido o diploma de Bacharel em Psicologia.

COMENTÁRIOS

Ao aluno que concluir o curso de bacharelado será conferido o diploma de Bacharel em Psicologia (Art. 5º, P Ú)

GABARITO: Certa

Q02. (QUADRIX-2012-CPR 9ª Região - Adaptada) Do candidato à matrícula nos cursos de licenciado e Psicólogo se exigirá a apresentação do diploma de Bacharel em Psicologia.

COMENTÁRIOS

Do candidato à matrícula nos cursos de licenciado e Psicólogo se exigirá a apresentação do diploma de Bacharel em Psicologia (Art. 6º)

GABARITO: Certa

Q03. (QUADRIX-2012-CPR 9ª Região) As faculdades de filosofia podem instituir cursos de graduação de bacharelado e licenciatura em psicologia e de psicólogo.

COMENTÁRIOS

A formação em Psicologia far-se-á nas Faculdades de Filosofia, em cursos de bacharelado, licenciado e Psicólogo (Art. 1º)

GABARITO: Certa

Sabe quando o aluno já tem uma graduação e vai fazer outra, e aí consegue "eliminar" algumas matérias? Isso é a previsão do próximo artigo:

Art. 8º - Por proposta e a critério do Conselho Técnico-Administrativo (C.T.A.) e com aprovação do Conselho Universitário da Universidade, poderão os alunos, nos vários cursos de que trata esta lei, ser dispensados das disciplinas em que tiverem sido aprovados em cursos superiores, anteriormente realizados, cursos êsses oficiais ou devidamente reconhecidos.

§ 1º No caso de faculdades isoladas, a dispensa referida neste artigo depende de aprovação do órgão competente do Ministério da Educação e Cultura.

§ 2º A dispensa poderá ser de, no máximo, seis disciplinas do curso de bacharelado, duas no curso de licenciado e cinco no curso de Psicólogo.

§ 3º Concedida a dispensa do número máximo de disciplinas previstas no parágrafo anterior, o aluno poderá realizar o curso de bacharelado em dois anos e, em igual tempo, o curso de Psicólogo.

Art. 9º - Rege-se-ão os demais casos da vida escolar pelos preceitos da legislação do ensino superior.



Dos direitos conferidos aos diplomados

- Para o exercício profissional é obrigatório o registro dos diplomas no órgão competente do Ministério da Educação e Cultura.
- Ao portador do diploma de **Bacharel em Psicologia**, é conferido o direito de **ensinar Psicologia em cursos de grau médio**, nos termos da legislação em vigor.
- Ao portador do diploma de **Licenciado em Psicologia** é conferido o direito de **lecionar Psicologia**, atendidas as exigências legais devidas.
- Ao portador do **diploma de Psicólogo** é conferido o direito de **ensinar Psicologia nos vários cursos de que trata esta lei**, observadas as exigências legais específicas, e a **exercer a profissão de Psicólogo**.
- Constitui função privativa do Psicólogo e utilização de métodos e técnicas psicológicas com os seguintes objetivos:
 - a) diagnóstico psicológico;
 - b) orientação e seleção profissional;
 - c) orientação psicopedagógica;
 - d) solução de problemas de ajustamento.
- É da competência do Psicólogo a colaboração em assuntos psicológicos ligados a outras ciências.

Qo4. (QUADRIX - 2018 - CRP 2ª Região) Segundo o art. 13 da Lei n.º 4.119/1962, constitui função privativa do psicólogo a utilização de métodos e técnicas psicológicas com os seguintes objetivos:

- a) diagnóstico psicológico; orientação e seleção profissional; orientação psicopedagógica; e solução de problemas de ajustamento.
- b) avaliação psicológica; testes psicológicos; orientação profissional; consultoria; e assessoria.
- c) orientação psicopedagógica; avaliação psicológica; recursos humanos; e avaliação de motoristas.
- d) orientação e seleção profissional; orientação psicopedagógica; solução de problemas de ajustamento; e avaliação psicológica.
- e) avaliação psicológica; testes psicológicos; orientação profissional; e colaboração em assuntos psicológicos ligados a outras ciências.



COMENTÁRIOS

Segundo o Artigo 13, é privativo do Psicólogo:

- a) diagnóstico psicológico;
- b) orientação e seleção profissional;
- c) orientação psicopedagógica;
- d) solução de problemas de ajustamento.

GABARITO: Letra A

Qo5. (QUADRIX - 2021 - CRP-MS) Ao aluno que concluir o curso de licenciado conferir-se-á o diploma de psicólogo.

COMENTÁRIOS

Ao aluno que concluir o curso de licenciado se conferirá o diploma de Licenciado em Psicologia.

GABARITO: Errada

Qo6. (QUADRIX - 2021 - CRP 18º Região) A orientação psicopedagógica constitui função privativa do psicólogo.

COMENTÁRIOS

Segundo o Artigo 13, é privativo do Psicólogo a orientação psicopedagógica.

GABARITO: Certa

Qo7. (QUADRIX - 2021 - CRP-MS) Para o exercício profissional, o registro dos diplomas no órgão competente do Ministério da Educação e Cultura é opcional ao psicólogo.

COMENTÁRIOS

Para o exercício profissional é obrigatório o registro dos diplomas no órgão competente do Ministério da Educação e Cultura.

GABARITO: Errada



Das condições para funcionamento dos cursos

Os cursos de que trata a presente lei serão autorizados a funcionar em Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, mediante **decreto do Governo Federal**, atendidas as exigências legais do ensino superior.

As escolas provarão a possibilidade de manter corpo docente habilitado nas disciplinas dos vários cursos.

Art. 16. - As Faculdades que mantiverem curso de Psicólogo deverão organizar Serviços Clínicos e de aplicação à educação e ao trabalho - orientados e dirigidos pelo Conselho dos Professores do curso - abertos ao público, gratuitos ou remunerados.

Parágrafo único - Os estágios e observações práticas dos alunos poderão ser realizados em outras instituições da localidade, a critério dos Professores do curso.

Da revalidação de diplomas

É assegurada, nos termos da legislação em vigor, a revalidação de diplomas expedidos por Faculdades estrangeiras que mantenham cursos equivalentes aos previstos na presente lei.

Parágrafo único - Poderão ser complementados cursos não equivalentes, atendendo-se aos termos do art. 8º e de acordo com instruções baixadas pelo Ministério da Educação e Cultura.

Disposições Gerais e Transitórias

Os atuais cursos de Psicologia, legalmente autorizados, deverão adaptar-se às exigências estabelecidas nesta lei, dentro de um ano após sua publicação.

Os atuais portadores de diploma ou certificado de especialista em Psicologia, Psicologia Educacional, Psicologia Clínica ou Psicologia Aplicada ao Trabalho expedidos por estabelecimento de ensino superior oficial ou reconhecido, após estudos em cursos regulares de formação de psicólogos, com duração mínima de quatro anos ou estudos regulares em cursos de pós-graduação com duração mínima de dois anos, terão direito ao registro daqueles títulos, como Psicólogos e ao exercício profissional.

§ 1º O registro deverá ser requerido dentro de 180 dias, a contar da publicação desta lei.



§ 2º - Aos alunos matriculados em cursos de especialização a que se refere êste artigo, anteriormente à publicação desta lei, serão conferidos, após a conclusão dos cursos, idênticos direitos, desde que requeiram o registro profissional no prazo de 180 dias.

Art. 20 - Fica assegurado aos funcionários públicos efetivos, o exercício dos cargos e funções, sob as denominações de Psicólogo, Psicologista ou Psicotécnico, em que tenham sido providos na data de entrada em vigor desta lei.

Art. 21 - As pessoas que, na data da publicação desta lei, já venham exercendo ou tenha exercido, por mais de cinco anos, atividades profissionais de psicologia aplicada, deverão requerer no prazo de 180 dias, após a publicação desta lei, registro profissional de Psicólogo.

Art. 22 - Para os efeitos do artigo anterior, ao requerimento em que solicita registro, na repartição competente do Ministério da Educação e Cultura, deverá o interessado juntar seus títulos de formação, comprovantes do exercício profissional e trabalhos publicados.

Art. 23 - A fim de opinar sobre os pedidos de registro, o Ministério da Educação e Cultura designará uma comissão de cinco membros, constituída de dois professores universitários de Psicologia ou Psicologia Educacional e três especialistas em Psicologia Aplicada, (VETADO).

Parágrafo único. Em cada caso, à vista dos títulos de formação, obtidos no País ou no estrangeiro, comprovação do exercício profissional e mais documentos, emitirá a comissão parecer justificado, o qual poderá concluir pela concessão pura e simples do registro, pela sua denegação, ou pelo registro condicionado à aprovação do interessado em provas teórico-práticas.

Art. 24 - O Ministério da Educação e Cultura expedirá, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação desta lei, as instruções para sua execução.

Art. 25 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.



QUESTÕES COMENTADAS

1. (FUNDATEC/2019/CRP 7ª Região RS) De acordo com a Lei nº 4.119/1962, que regulamenta a formação e a profissão de psicólogo, qual dos seguintes objetivos abaixo NÃO constitui função privativa do psicólogo?

- A) Tratamento psicofarmacológico.
- B) Diagnóstico psicológico.
- C) Orientação e seleção profissional.
- D) Orientação psicopedagógica.
- E) Solução de problemas de ajustamento.

Comentários

De acordo com a Lei nº 4.119/1962, constitui função privativa do Psicólogo e utilização de métodos e técnicas psicológicas com os seguintes objetivos:

- a) diagnóstico psicológico;
- b) orientação e seleção profissional;
- c) orientação psicopedagógica;
- d) solução de problemas de ajustamento.

GABARITO: Letra A

2. (CESPE – 2016 – TCE-SC) Os atuais cursos de Psicologia, legalmente autorizados, deverão adaptar-se às exigências estabelecidas na Lei nº 4.119/62, dentro de um ano após sua publicação. Ainda segundo essa lei, assinale a alternativa que traz uma informação correta.



A) As Faculdades que mantiverem curso de Psicólogo deverão organizar Serviços Clínicos e de aplicação à educação e ao trabalho – orientados e dirigidos pelo Conselho Federal de Psicologia – abertos ao público, gratuitos ou remunerados.

B) Os atuais portadores de diploma ou certificado de especialista em Psicologia, Psicologia Educacional, Psicologia Clínica ou Psicologia Aplicada ao Trabalho expedidos por estabelecimento de ensino superior oficial ou reconhecido, após estudos em cursos regulares de formação de psicólogos, com duração mínima de quatro anos ou estudos regulares em cursos de pós-graduação com duração mínima de um ano, terão direito ao registro daqueles títulos, como Psicólogos, e ao exercício profissional.

C) Aos alunos matriculados em cursos de especialização em Psicologia, Psicologia Educacional, Psicologia Clínica ou Psicologia Aplicada ao Trabalho, anteriormente à publicação dessa lei, serão conferidos, após a conclusão dos cursos, idênticos direitos, desde que requeiram o registro profissional no prazo de 90 dias.

D) Fica assegurado aos funcionários públicos efetivos o exercício dos cargos e funções, sob as denominações de Psicólogo, Psicologista ou Psicotécnico, em que tenham sido providos na data de entrada em vigor dessa lei.

E) As pessoas que, na data da publicação dessa lei, já venham exercendo ou tenham exercido, por mais de dez anos, atividades profissionais de psicologia aplicada, deverão requerer no prazo de 90 dias, após a publicação dessa lei, registro profissional de Psicólogo.

Comentários

De acordo com a Lei nº 4.119/1962, vamos analisar uma a uma.

ALTERNATIVA A - INCORRETA. As Faculdades que mantiverem curso de Psicólogo deverão organizar Serviços Clínicos e de aplicação à educação e ao trabalho – orientados e dirigidos pelo Conselho Federal de Psicologia – abertos ao público, gratuitos ou remunerados. (Art. 16)

ALTERNATIVA B - INCORRETA. Os atuais portadores de diploma ou certificado de especialista em Psicologia, Psicologia Educacional, Psicologia Clínica ou Psicologia Aplicada ao Trabalho expedidos por estabelecimento de ensino superior oficial ou reconhecido, após estudos em cursos regulares de formação de psicólogos, com duração mínima de quatro anos ou estudos regulares em cursos de pós-graduação com duração mínima de dois anos, terão direito ao registro daqueles títulos, como Psicólogos e ao exercício profissional. (Art. 19)

ALTERNATIVA C - INCORRETA. Aos alunos matriculados em cursos de especialização a que se refere este artigo, anteriormente à publicação desta lei, serão conferidos, após a conclusão dos cursos, idênticos direitos, desde que requeiram o registro profissional no prazo de 180 dias. (Art. 19)



ALTERNATIVA D - CORRETA. Fica assegurado aos funcionários públicos efetivos o exercício dos cargos e funções, sob as denominações de Psicólogo, Psicologista ou Psicotécnico, em que tenham sido providos na data de entrada em vigor dessa lei. (Art. 16)

ALTERNATIVA E - INCORRETA. As pessoas que, na data da publicação desta lei, já venham exercendo ou tenha exercido, por mais de cinco anos, atividades profissionais de psicologia aplicada, deverão requerer no prazo de 180 dias, após a publicação desta lei, registro profissional de Psicólogo. (Art. 21)

GABARITO: Letra D

3. (CONSESP - 2018 - Prefeitura de Extrema - MG) Sobre as funções do(a) psicólogo(a), conforme o artigo 13 da Lei nº 4.119/62, constitui função privativa do psicólogo a utilização de métodos e técnicas psicológicas com os seguintes objetivos, exceto:

- A) diagnóstico psicológico.
- B) orientação e seleção profissional.
- C) orientação transpessoal.
- D) solução de problemas de ajustamento.

Comentários

De acordo com a Lei nº 4.119/1962, constitui função privativa do Psicólogo e utilização de métodos e técnicas psicológicas com os seguintes objetivos:

- a) diagnóstico psicológico;
- b) orientação e seleção profissional;
- c) orientação psicopedagógica;
- d) solução de problemas de ajustamento.

GABARITO: Letra C



4. (IMA - 2019 - Prefeitura de Fortaleza dos Nogueiras) Conforme a Lei nº 4.119/62 que dispõe sobre os cursos de formação em psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo, constitui função privativa do Psicólogo e utilização de métodos e técnicas psicológicas com os seguintes objetivos, EXCETO:

- A) Diagnóstico psicológico.
- B) Colaboração em assuntos psicológicos ligados a outras ciências não compete ao psicólogo.
- C) Orientação psicopedagógica.
- D) Solução de problemas de ajustamento.

Comentários

De acordo com a Lei nº 4.119/1962, constitui função privativa do Psicólogo e utilização de métodos e técnicas psicológicas com os seguintes objetivos:

- a) diagnóstico psicológico;
- b) orientação e seleção profissional;
- c) orientação psicopedagógica;
- d) solução de problemas de ajustamento.

GABARITO: Letra B

5. (COMPERVE - 2019 - UFRN) A avaliação psicológica é uma atividade restrita ao Psicólogo, respaldada na Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962. Entende-se por avaliação psicológica o processo técnico e científico realizado com pessoas ou grupo de pessoas, que

- A) produz resultados conclusivos, independente do contexto.
- B) requer metodologias específicas, de acordo com cada área do conhecimento.
- C) requer o mesmo instrumento específico para toda avaliação.
- D) avalia o estado emocional de uma pessoa, não sendo necessário considerar contexto histórico e social.



Comentários

A avaliação psicológica é um processo complexo e multifacetado que exige a utilização de diferentes métodos e técnicas, dependendo do contexto e do objetivo da avaliação. A escolha das metodologias adequadas é fundamental para garantir a validade e a confiabilidade dos resultados.

A) Incorreta. Os resultados da avaliação psicológica não são conclusivos em si mesmos, mas devem ser interpretados à luz do contexto em que foram obtidos. Fatores como a história de vida do indivíduo, o ambiente social e cultural, e as demandas específicas da situação devem ser considerados na análise dos resultados.

C) Incorreta. Não existe um único instrumento específico que possa ser utilizado em todas as avaliações psicológicas. A escolha dos instrumentos deve ser feita com base nos objetivos da avaliação, nas características do indivíduo ou grupo avaliado e nas demandas do contexto.

D) Incorreta. A avaliação psicológica vai além da simples avaliação do estado emocional de uma pessoa. Ela busca compreender o indivíduo em sua totalidade, considerando seus aspectos cognitivos, comportamentais, sociais e históricos. O contexto histórico e social é fundamental para a compreensão do indivíduo e de suas dificuldades.

Em resumo: A alternativa "B" é a única que descreve corretamente uma característica essencial da avaliação psicológica, que é a necessidade de utilizar metodologias específicas de acordo com cada área do conhecimento e o contexto da avaliação.

GABARITO: Letra B

6. (IADES - 2020 - SES-DF) A Lei nº 4.119/1962 reconhece a profissão de psicólogo, fixa normas para a atuação profissional e estabelece um currículo mínimo para sua formação. Os campos de atuação são aqueles que se consolidaram como prática no período anterior: clínica, escolar-educacional e organização do trabalho.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 6ª REGIÃO. Exposição 50 anos da psicologia no Brasil: A história da psicologia no Brasil. São Paulo: CRPSP, 2011, p. 13, com adaptações.

A respeito da consolidação da psicologia como ciência e profissão no território brasileiro, julgue o item a seguir.



A Lei nº 4.119/1962, além de fixar normas para a atuação do profissional da psicologia, também cria e normatiza o Sistema Conselhos (Conselhos Federal e Regionais de Psicologia).

() Certo

() Errado

Comentários

A Lei nº 4.119/1962, embora fundamental para a regulamentação da profissão de psicólogo no Brasil, **não** é a responsável pela criação e normatização do Sistema Conselhos de Psicologia. Essa atribuição coube à **Lei nº 5.766/1971**.

Lei nº 4.119/1962:

- Dispõe sobre os cursos de formação em psicologia.
- Regulamenta a profissão de psicólogo.
- Estabelece as funções privativas do psicólogo.
- Determina os requisitos para o exercício da profissão.

Lei nº 5.766/1971:

- Cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia.
- Define a estrutura e as atribuições desses Conselhos.
- Estabelece as normas para o registro profissional dos psicólogos.
- Dispõe sobre o processo eleitoral para os Conselhos.

Portanto, a afirmação de que a Lei nº 4.119/1962 cria e normatiza o Sistema Conselhos é **incorreta**.

GABARITO: ERRADO.

7. (IADES - 2020 - SES-DF) De acordo com a Lei Nº 4.119/62, Art. 13, § 1º, constitui função privativa do psicólogo a utilização de métodos e técnicas psicológicas com objetivos específicos.

São objetivos para uso de métodos e técnicas psicológicas:

I. Diagnóstico psicológico.

II. Orientação e seleção profissional.



III. Orientação psicopedagógica.

IV. Solução de problemas de ajustamento.

Estão CORRETOS os objetivos:

A) I e III, apenas.

B) I e IV, apenas.

C) II, III e IV, apenas.

D) I, II, III e IV.

Comentários

A Lei nº 4.119/1962, em seu artigo 13, parágrafo 1º, define explicitamente as seguintes funções como privativas do psicólogo:

- a) diagnóstico psicológico;
- b) orientação e seleção profissional;
- c) orientação psicopedagógica;
- d) solução de problemas de ajustamento.

Portanto, todos os objetivos listados na questão (I, II, III e IV) são de fato funções privativas do psicólogo, conforme estabelecido na lei.

GABARITO: Letra D.

8. (FUNDATEC - 2019 - CRP 7ª Região RS) De acordo com o Decreto nº 53.464/1964 que regulamenta a Lei nº 4.119/1962, que dispõe sobre a profissão de psicólogo, analise as assertivas abaixo sobre as funções do psicólogo:

I. Realizar perícias e emitir pareceres sobre matéria de psicologia.

II. Utilizar métodos e técnicas psicológicas com o objetivo de realizar uma orientação psicopedagógica.

III. Assessorar, tecnicamente, órgãos e estabelecimentos públicos, autárquicos, paraestatais, de economia mista e particulares.



Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas I e III.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II e III.

Comentários

O Decreto nº 53.464/1964, que regulamenta a Lei nº 4.119/1962, define as funções do psicólogo em seu Artigo 4º. Vamos analisar cada assertiva:

I. Realizar perícias e emitir pareceres sobre matéria de psicologia. - *Correta.* Esta função está explicitamente mencionada no inciso 6 do Artigo 4º do Decreto.

II. Utilizar métodos e técnicas psicológicas com o objetivo de realizar uma orientação psicopedagógica. - *Correta.* O inciso 1, alínea "c" do Artigo 4º do Decreto define como função do psicólogo a utilização de métodos e técnicas psicológicas com o objetivo de orientação psicopedagógica.

III. Assessorar, tecnicamente, órgãos e estabelecimentos públicos, autárquicos, paraestatais, de economia mista e particulares. - *Correta.* Esta função também está prevista no inciso 5 do Artigo 4º do Decreto.

Portanto, todas as assertivas (I, II e III) estão corretas, e a alternativa E é a resposta correta.

GABARITO: Letra E.



QUESTÕES APRESENTADAS EM AULA

1. (FUNDATEC/2019/CRP 7ª Região RS) De acordo com a Lei nº 4.119/1962, que regulamenta a formação e a profissão de psicólogo, qual dos seguintes objetivos abaixo NÃO constitui função privativa do psicólogo?

- A) Tratamento psicofarmacológico.
- B) Diagnóstico psicológico.
- C) Orientação e seleção profissional.
- D) Orientação psicopedagógica.
- E) Solução de problemas de ajustamento.

2. (CESPE – 2016 – TCE-SC) Os atuais cursos de Psicologia, legalmente autorizados, deverão adaptar-se às exigências estabelecidas na Lei nº 4.119/62, dentro de um ano após sua publicação. Ainda segundo essa lei, assinale a alternativa que traz uma informação correta.

A) As Faculdades que mantiverem curso de Psicólogo deverão organizar Serviços Clínicos e de aplicação à educação e ao trabalho – orientados e dirigidos pelo Conselho Federal de Psicologia – abertos ao público, gratuitos ou remunerados.

B) Os atuais portadores de diploma ou certificado de especialista em Psicologia, Psicologia Educacional, Psicologia Clínica ou Psicologia Aplicada ao Trabalho expedidos por estabelecimento de ensino superior oficial ou reconhecido, após estudos em cursos regulares de formação de psicólogos, com duração mínima de quatro anos ou estudos regulares em cursos de pós-graduação com duração mínima de um ano, terão direito ao registro daqueles títulos, como Psicólogos, e ao exercício profissional.

C) Aos alunos matriculados em cursos de especialização em Psicologia, Psicologia Educacional, Psicologia Clínica ou Psicologia Aplicada ao Trabalho, anteriormente à publicação dessa lei, serão conferidos, após a conclusão dos cursos, idênticos direitos, desde que requeiram o registro profissional no prazo de 90 dias.

D) Fica assegurado aos funcionários públicos efetivos o exercício dos cargos e funções, sob as denominações de Psicólogo, Psicologista ou Psicotécnico, em que tenham sido providos na data de entrada em vigor dessa lei.



E) As pessoas que, na data da publicação dessa lei, já venham exercendo ou tenham exercido, por mais de dez anos, atividades profissionais de psicologia aplicada, deverão requerer no prazo de 90 dias, após a publicação dessa lei, registro profissional de Psicólogo.

3. (CONSESP - 2018 - Prefeitura de Extrema - MG) Sobre as funções do(a) psicólogo(a), conforme o artigo 13 da Lei nº 4.119/62, constitui função privativa do psicólogo a utilização de métodos e técnicas psicológicas com os seguintes objetivos, exceto:

- A) diagnóstico psicológico.
- B) orientação e seleção profissional.
- C) orientação transpessoal.
- D) solução de problemas de ajustamento.

4. (IMA - 2019 - Prefeitura de Fortaleza dos Nogueiras) Conforme a Lei nº 4.119/62 que dispõe sobre os cursos de formação em psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo, constitui função privativa do Psicólogo e utilização de métodos e técnicas psicológicas com os seguintes objetivos, EXCETO:

- A) Diagnóstico psicológico.
- B) Colaboração em assuntos psicológicos ligados a outras ciências não compete ao psicólogo.
- C) Orientação psicopedagógica.
- D) Solução de problemas de ajustamento.

5. (COMPERVE - 2019 - UFRN) A avaliação psicológica é uma atividade restrita ao Psicólogo, respaldada na Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962. Entende-se por avaliação psicológica o processo técnico e científico realizado com pessoas ou grupo de pessoas, que

- A) produz resultados conclusivos, independente do contexto.



- B) requer metodologias específicas, de acordo com cada área do conhecimento.
- C) requer o mesmo instrumento específico para toda avaliação.
- D) avalia o estado emocional de uma pessoa, não sendo necessário considerar contexto histórico e social.

6. (IADES - 2020 - SES-DF) A Lei nº 4.119/1962 reconhece a profissão de psicólogo, fixa normas para a atuação profissional e estabelece um currículo mínimo para sua formação. Os campos de atuação são aqueles que se consolidaram como prática no período anterior: clínica, escolar-educacional e organização do trabalho.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 6ª REGIÃO. Exposição 50 anos da psicologia no Brasil: A história da psicologia no Brasil. São Paulo: CRPSP, 2011, p. 13, com adaptações.

A respeito da consolidação da psicologia como ciência e profissão no território brasileiro, julgue o item a seguir.

A Lei nº 4.119/1962, além de fixar normas para a atuação do profissional da psicologia, também cria e normatiza o Sistema Conselhos (Conselhos Federal e Regionais de Psicologia).

() Certo

() Errado

7. (IADES - 2020 - SES-DF) De acordo com a Lei Nº 4.119/62, Art. 13, § 1º, constitui função privativa do psicólogo a utilização de métodos e técnicas psicológicas com objetivos específicos.

São objetivos para uso de métodos e técnicas psicológicas:

- I. Diagnóstico psicológico.
- II. Orientação e seleção profissional.
- III. Orientação psicopedagógica.
- IV. Solução de problemas de ajustamento.



Estão CORRETOS os objetivos:

- A) I e III, apenas.
- B) I e IV, apenas.
- C) II, III e IV, apenas.
- D) I, II, III e IV.

8. (IADES - 2020 - SES-DF) De acordo com a Lei Nº 4.119/62, Art. 13, § 1º, constitui função privativa do psicólogo a utilização de métodos e técnicas psicológicas com objetivos específicos.

São objetivos para uso de métodos e técnicas psicológicas:

- I. Diagnóstico psicológico.
- II. Orientação e seleção profissional.
- III. Orientação psicopedagógica.
- IV. Solução de problemas de ajustamento.

Estão CORRETOS os objetivos:

- A) I e III, apenas.
- B) I e IV, apenas.
- C) II, III e IV, apenas.
- D) I, II, III e IV.

9. (FUNDATEC - 2019 - CRP 7ª Região RS) De acordo com o Decreto nº 53.464/1964 que regulamenta a Lei nº 4.119/1962, que dispõe sobre a profissão de psicólogo, analise as assertivas abaixo sobre as funções do psicólogo:



- I. Realizar perícias e emitir pareceres sobre matéria de psicologia.
- II. Utilizar métodos e técnicas psicológicas com o objetivo de realizar uma orientação psicopedagógica.
- III. Assessorar, tecnicamente, órgãos e estabelecimentos públicos, autárquicos, paraestatais, de economia mista e particulares.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas I e III.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II e III.

01	02	03	04	05
A	D	C	B	B
06	07	08		
ERRADO	D	E		



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.